

**PT CONSOLIDA FRENTE
E DIVIDE OS ADVERSÁRIOS**

CRESCCE BRASIL



Lula fala durante o lançamento da Frente Brasil Popular, dia 13 de maio, no Jockey Club do Rio de Janeiro. Na mesa, Miguel Arraes, candidato do PSB ao governo de Pernambuco e Jorge Bittar, candidato do PT ao governo do Rio. Seu discurso foi em grande parte dedicado à cultura. Da pág. 12 à 15, informe-se sobre o Encontro Nacional de Cultura.

Ofensiva

Esquerda planeja grandes comícios, prepara os comitês populares e procura estimular novas dissidências entre conservadores
(Págs. 3 a 9)

Ligações perigosas

Disposto a conquistar apoios a qualquer custo, FHC abraça a direita, e não rejeita sequer apoio da família de PC
(Págs. 10 e 11)



ANO II - Nº 60 - 05 A 20 DE JUNHO DE 1994 - CR\$ 1.800,00

Começa a virada paulista

Primeiro grande comício de Lula é com Zé Dirceu, dia 12 de junho, no Anhangabaú, em São Paulo

Agora é a vez dos Comitês Populares

(ver editorial pág. 3)

64 NUNCA MAIS

Livros e peça teatral lembram a resistência à ditadura militar

Trinta anos depois de iniciado o regime militar de 64, e uma década após seu colapso, ainda há brasileiros dispostos a lembrar os que morreram lutando pela liberdade. Em maio, nada menos de cinco livros alusivos ao tema foram lançados em pontos diferentes do país. Familiares de vítimas da ditadura organizaram, além disso, a Semana Mundial do Desaparecido Político, que incluiu atividades culturais importantes.

Dois dos cinco livros recém-editados são de autoria de Carlos Marighella. Ex-militante do PCB e fundador da ALN, Marighella foi assassinado há 25 anos, que se completarão no próximo dia 4 de novembro. Uma de suas obras relançadas agora é *Por que resisti à prisão*, um documento curioso. Nele o autor relata como reagiu diante de sua própria prisão ilegal, ocorrida em 9 de maio de 64, quando foi abordado num cinema do Rio por quatro agentes de segurança encarregados de detê-lo; resistiu à prisão e foi alvejado por um tiro que varou-lhe o peito. O professor Antonio Cândido, a quem coube redigir o prefácio, destaca: "Trata-se de um documento inestimável sobre um determinado momento das vidas de Marighella e do povo brasileiro. (...) Nada mais adequado para marcar o aniversário do movimento obscurantista de 1964". Outro título, também de Marighella, é o *Rondó da Liberdade*, uma coletânea de poesias escrita entre 1983 e o final da vida do autor.

As demais publicações incluem a grata surpresa de um bom livro de poesias. Suzana Lisboa, viúva de Luiz Eurico Tejera Lisboa, organizou *Condições ideais para o amor*, coletânea de escritos de seu ex-companheiro, assassinado em setembro de 1972. "No ano dois mil /



Clara Charf (viúva de Marighella), João Luiz de Moraes (pai de Sônia Angel), Suzana Lisboa (viúva de Luiz Eurico Lisboa), James Wright e Lali Wright (irmã e sobrinha de Paulo Wright) e Cléa de Moraes (mãe de Sônia), no dia 30 de maio, no TUCA-PUC/SP.

meus lábios metálicos / vagarosamente / murmurarão um último adeus / enquanto pelas minhas faces / rolam mil lágrimas de óleo lubrificantes / gradualmente / descansarei minhas pálpebras de alumínio", diz um dos poemas, escrito ainda sem 1966.

Há também a pesquisa histórica. João Luiz de Moraes, pai de Sônia Maria de Moraes Angel Jones, assassinada no final de 73, escreveu *Calvário de Sônia Angel*. O livro é o resultado do longo e penoso esforço que João Luiz realizou para encontrar o corpo de sua filha, e obter informações que lhe permitissem descobrir as circunstâncias em que foi morta.

Finalmente, temos *O coronel tem um segredo* — Paulo Wright não está em Cuba, de Delora - Lali - Jan Wright. Escrito por uma sobrinha de Paulo Wright, militante assassinado em 1973, o livro procura esclarecer detalhes sobre a morte desse filho de missionários norte-americanos que chegou a se eleger de-

putado, em 1960. O prefácio é de D. Paulo Evaristo Arns.

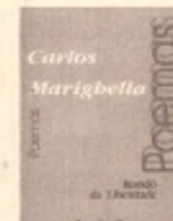
Semana de eventos importantes — a Semana Mundial do Desaparecido Político — marcou em S. Paulo o lançamento desses três últimos livros. Promovida por entidades como os centros acadêmicos 11 e 22 de Agosto (de Direito, da USP e PUC-SP), a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o Instituto de Estudos da Violência do Estado e o gabinete da vereadora Teresa Lajolo, a programação incluiu noites de autógrafos e até uma peça teatral. *A velha língua tece a teia*, uma adaptação de *Crime na Flora ou Ordem e Progresso*, de Ferreira Gullar, feita por León Romero, foi a escolhida, apresentada por integrantes da Arcádia Cia. Teatral.

Os organizadores prevêem novas iniciativas este ano. Quem quiser maiores informações pode procurar a sede da União de Mulheres de São Paulo, à Rua Coração da Europa, 1.395, em S. Paulo.

Por que resisti à prisão, de Carlos Marighella. Editora Brasiliense, 160 páginas, 1994.



Poemas - Rondó da liberdade, de Carlos Marighella. Editora Brasiliense, 100 páginas, 1994



Condições ideais para o amor, de Luiz Eurico Tejera Lisboa. Editora Tchê!, 160 páginas, 1993.



O calvário de Sônia Angel, de João Luiz de Moraes — Aziz Ahmed. Gráfica MEC Editora, 112 páginas, 1994.



O coronel tem um segredo — Paulo Wright não está em Cuba, de Delora (Lali) Jan Wright.

Editora Vozes, 132 páginas, 1993.



A voz dos opressores

Livro de Luiz Mir sobre luta armada é uma impressionante coleção de mentiras

Enquanto alguns autores esforçam-se em resgatar a história dos que lutaram contra a ditadura, o jornalista Luiz Mir acaba de lançar com estardalhaço uma obra cujo resultado é confundir a memória da resistência democrática. Antes mesmo da obra chegar às prateleiras das livrarias, matéria publicada na revista "Veja" de 1º de junho sobre o livro *A revolução impossível*, foi suficiente para que surgissem as primeiras informações que o desmentem e lhe minam a credibilidade.

Mir faz, sempre com muita leviandade e sem qualquer prova, acusações graves. Alega que o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) dedicou-se, durante seu exílio na Argélia, a intermediar obras

contratadas em concorrências fraudulentas, para abocanhar comissões que nunca chegaram às organizações com as quais ele teria alegado que contribuía. Já Carlos Marighella teria mantido com o general Albuquerque Lira, da ultradireita militar, negociações que visavam "combinar uma série de atentados terroristas". Dois militantes de organizações de esquerdas dos anos 60, hoje no PT, teriam planejado, em 1966, um "atentado ao presidente Costa e Silva". Ainda não é possível fazer uma análise completa das informações contidas no livro. O que surgiu logo de início é suficiente, no entanto, para comprometer toda a credibilidade da obra. Acusado por Mir de ser, como membro do Partido Comunista

Brasileiro Revolucionário (PCBR) um dos organizadores do suposto atentado fracassado contra Costa e Silva, Bruno Maranhão, integrante do Diretório Nacional do PT, mostrou que a denúncia não resiste a qualquer análise. Em 66, relatou ele, o PCBR nem sequer existia - foi fundado dois anos depois. Além disso, lembrou Maranhão a *Brasil Agora*, "naquela época eu militava no PCB, que jamais defendeu a luta armada". A própria revista "Veja", chega a admitir: das pessoas que Mir afirma ter ouvido, muitas garantiram que jamais foram entrevistadas, e outras disseram que o livro atribui a si mesmas declarações inteiramente desligadas dos depoimentos.

BRASIL AGORA

Diretor: Markus Sokol - **Editor:** José América Dias - **Redação:** Antonio Martins, Hamilton Cardoso, Valtir Pomar - **Sucursal Rio Grande do Sul:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster - **Colaboradores:** Alan Rodrigues, Alípio Freire, Alcides Moraes, André Singer, Antonio Carlos Fan, Antonio Carlos de Queiroz, Cláudio Castro, Bernardo Kucinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célio, Cíntia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Bucci, Fernando Estima, Fernando Paiva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávia Loureiro, Flávia Pachali, Francisco Fontanezi, Genaro Liso, Heila Silva, Ivan Seixas, Isaac Akceirud, João Machado, José Racha, Juan Pezutto, Juarez Guimarães, Justina Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Mécia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Maria Augusta Jakobskind, Maringoni, Marisa Melani, Marisa Dias Costa, Mladalira, Milton Foga, Nelson Rios, Nilmário Miranda, Ohi, Pató, Patrícia Corlis, Paula Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Soffill, Rui Falcão, Sérgio Canova, Sérgio Siffer, Walter Ocho, Wladimir Pomar. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial da revista.

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Glete, 1409 - CEP 01215- São Paulo (SP) Fones: 220-7718 - Fax: (011) 221-8078 - **Administração:** Luiz Maier - **Assistente:** Ivanilda Alves - **Gerência Comercial:** Luiz Maier - **Circulação/Assinaturas:** Ana Maria Alves, Luciene B. Silva - **Banco de Dados:** Luiz Carlos Medeiros - **Publicidade:** Francisco Fontanezi - **Coordenação de Vendas S.P.:** Milton Foga - **Assinaturas:** Rio de Janeiro: Paulo (021) 284-5064, Fortaleza: José Vital (085) 254-1133, Porto Alegre: Valtes da Rosa (051) 221-7733, Belém: Rui Santana (091) 223-0873, Belo Horizonte: Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735, Florianópolis: Wainey Chucré (0482) 24-1148 - **Expedição:** José Valdeci

Impressão: Diário de Mogi - **Distribuição:** Dinap S/A - **Tiragem desta Edição:** 35.000 exemplares foram impressos no dia 2 de junho de 1994.

Jornalista Responsável: José América Dias

Esta edição foi possível graças aos esforços de: Bruno Maranhão, Alípio Freire, Emilio Afonso, Antonio Martins, Gilberto Maringoni, José Carlos Ruy, William Aguiar e Jota Maranhão

A Copa e a Globo de Lula

Em poucos dias a Copa do Mundo tomará conta da cabeça e do coração dos brasileiros. A sucessão presidencial sairá da primeira página dos jornais e, durante 30 dias, a obsessão do Tetra ocupará os principais espaços da mídia. Embora pareça um contrasenso, esse será o grande momento de alavancar a candidatura Lula, de ampliar os 40% e operacionalizar a vitória no primeiro turno.

É o espaço de tempo que precisamos para preparar e colocar em campo a nossa arma secreta, o nosso camisa 12. Aquele cuja tarefa é golear o anti-Lula, seja ele FHC, Quéricia ou Brizola. Aquele goleador que somente nós temos condições de colocar em campo. Nós, que jogamos com a bola das transformações estruturais, enfrentando o poder econômico apoiados na força da consciência, da organização e da mobilização popular.

O nosso camisa 12 é a força social de mudança que ainda não foi colocada em movimento. É a própria classe trabalhadora e o povo organizados. É o espírito da Frente Brasil Popular, encarnado pelos nossos candidatos, particularmente por Lula, nosso camisa 13.

É verdade que a candidatura Lula alcançou um nível tão elevado de preferência popular nas pesquisas, que se as eleições fossem hoje ganharíamos no primeiro turno. Mas é igualmente verdadeiro que isso se deu sem que a sua



Nativos brasileiros do final do século XX em pleno exercício da cidadania

campanha tivesse utilizado aquilo que é o nosso maior patrimônio: a capacidade de mobilização e a atividade voluntária dos setores organizados do movimento sindical e popular. A garra dos milhares e milhares de militantes anônimos que extravasam amplamente as fileiras do PT. Estes precisam se organizar e construir os Comitês Populares Lula Presidente para consolidar a nossa vantagem eleitoral, vencer as eleições e

estruturar a base popular da governabilidade. Esses comitês precisam entrar em ação e se multiplicar aos milhares por todo o território nacional, dando consistência organizativa a nossa atividade política na constituição da força social.

A arrancada para viabilizar esse grande desafio deve absorver a maior parte das nossas energias no período da Copa do Mundo, para que — encerrado o evento — a

gente possa entrar em ação imprimindo uma nova qualidade à campanha. Os Comitês Populares precisam começar a existir e a funcionar como um elemento novo e decisivo na organização da disputa eleitoral. Mas, para que isso ocorra e para que possam ganhar vida própria, precisam ser alimentados com informações regulares e orientação política da campanha presidencial.

É justamente aqui que entra em cena o nosso jornal, o **Brasil Agora**. Depois de ultrapassar a casa dos 14 mil assinantes, ele tem tudo para desempenhar um papel político na campanha, sobretudo na dinamização dos comitês, desde que passe por mudanças adequadas e capazes de habilitá-lo à sua nova função de jornal da campanha Lula. Viabilizar a ligação entre a Coordenação Nacional e cada comitê popular na mais longínqua região do país, com periodicidade semanal, informações completas e precisas, linguagem acessível e ampliação massiva da tiragem são alguns dos novos atributos indispensáveis.

Será assim que, parafraseando um companheiro, o **Brasil Agora** se transformará na TV Globo do Lula. E a sua função com os Comitês Populares produzirá o nosso camisa 12 no jogo da sucessão presidencial. Esperamos de você companheiro assinante e leitor do **Brasil Agora** um voto de confiança nessa proposta que se tornará realidade a partir da próxima edição.

E vamos apostar no direito do brasileiro ser feliz.

Garcia Meza fora do Brasil

O deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão de Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, está liderando um movimento pela extradição do ex-ditador boliviano Garcia Meza.

Julgado e condenado em seu país, Meza continua vivendo livremente no Brasil. "Em solidariedade ao povo boliviano, em defesa da justiça e em apoio aos familiares vitimados pelas ações criminosas, solicitamos o imediato atendimento ao pedido de extradição de Garcia Meza", diz o texto do abaixo-assinado preparado por Nilmário. Os interessados em se unir ao movimento devem mandar telegramas com teor semelhante para o Presidente do Supremo Tribunal Federal — Praça dos Três Poderes - 70.175 - Brasília - DF - Fax (061)226-4797

Cobrança de compromisso

Encontro de familiares de desaparecidos reivindica ação democrática de candidatos

O Encontro Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e dos Grupos Tortura Nunca Mais formulou, no último dia 29 de maio, em São Paulo, por ocasião das comemorações da Semana Mundial do Desaparecido Político, a seguinte proposta de carta compromisso, que submeterá a todos os candidatos à Presidência da República, estando aberta também à adesão dos candidatos aos parlamentos:

1. O reconhecimento público e formal pelo Estado Brasileiro de sua responsabilidade plena e total pela prisão, tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985;

2. A imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Executivo federal, constituída por representantes do Minis-

tério Público, do Legislativo, da OAB, de representantes dos familiares dos desaparecidos e dos grupos Tortura Nunca Mais, com poderes plenos para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos e exumar cadáveres, com os objetivos de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos no Brasil de 1964 a 1985 e determinar reparações;

3. O compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar e de afastá-las do serviço públicos;

4. O compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política existentes sob sua jurisdição;

5. O compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura, e reparar os danos causados a eles e seus familiares;

6. A edição da lei incriminadora,

assegurando o compromisso do artigo 5, parágrafo III da Constituição Federal, que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante;

7. A desmilitarização das polícias militares estaduais e sua desvinculação do Exército;

8. A extinção da Justiça Militar para crimes civis e a incorporação do Projeto Hélio Bicudo, submetendo nesse interim os crimes dos policiais militares à Justiça Comum;

9. O desmantelamento de todos os órgãos de repressão política;

10. A extirpação da Doutrina de Segurança Nacional.

Os candidatos interessados em assinar esse compromisso ou pessoas que queiram aderir ao movimento, devem entrar em contato com os organizadores, à rua Coração da Europa, 1.395 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01314-020 - Sede da União de Mulheres de São Paulo.



Boa Vista do Ramos — Despedida da Caravana das Águas

Ensaio geral

Longe da Corte, perto do povo, a caravana passa e vai deixando seus rastros. No passado, com motivações semelhantes ou diversas, e em circunstâncias diferentes, outros já fizeram isso — Antônio Conselheiro, Lampião, Prestes, Juscelino. Mas, agora, trata-se de uma aventura coletiva e diferente: reconhecer o país, ver de perto as multidões de deserdados, visitar os projetos de modernização das elites e recolher lições para um novo modo de governo.

Percorrendo o interior, esses aventureiros de fim-de-século se surpreendem a cada parada. Ali, onde só parece existir o poder da oligarquia, há projetos coletivos em curso, como se fora uma autogestão local no desgoverno geral. E há fome e sede de justiça, esperança represada.

Carajás. Lula chega por volta do meio-dia e é recebido pelos moradores e pela comitiva que chegara de Belém (16 horas de ônibus em estrada ruim). Dali, uma rápida visita à mina de ferro, com explicações dos gerentes e engenheiros da Vale. Depois, ato público no cinema da vila residencial. É uma cerimônia simples: apresentação da proposta de programa para a Amazônia e Lula faz um discurso contido, acentuando o significado simbólico da visita.

A comitiva desce a Serra e se dirige a Paraupabas, o arremedo de cidade que se formou na periferia de Carajás. É hora de comício. Lula solta o verbo, ali ele sente a outra dimensão do Projeto. Ele fixa os rostos das pessoas, fala aos trabalhadores, aos garimpeiros, às donas de casa, à gente do comércio, aos aventureiros e biscateiros que ali se comprimem para ver de perto o presidente.

A partir de Carajás, a comitiva de governo se divide em quatro equipes que nos dois dias seguintes, sábado e domingo, sairão em expedição num roteiro que abrange o pólo minero-metalúrgico de Marabá, a hidrelétrica de Tucuruvi, a gleba, Cidapar e o complexo Albrás-Alunorte. Nossa equipe fica em Marabá.

Visita ao pólo guseiro da Cosipar. A grande preocupação do grupo é com a produção do carvão, utilizável na obtenção do gusa. São milhares de pequenos fornos "rabu-quente", espalhados num raio de 100 quilômetros a partir de Marabá, promovendo a devastação florestal e dos castanhais da região.

À noite, na Câmara Municipal, a equipe participa de uma reunião ampla com trabalhadores rurais e representantes das entidades de apoio. O principal ponto de discussão é a questão dos assentamentos nos castanhais. De 202 castanhais registrados, 52 foram ocupados, mas as comunidades não têm como se desenvolver.

De volta a Belém, os grupos se reúnem na universidade para fazer o balanço da experiência. As prin-

cipais propostas são consolidadas ponto a ponto: zoneamento ecológico, readaptação dos grandes projetos, reforma agrária, reforma dos garimpos, questão indígena.

Debate, com os produtores agropecuários do Tocantins, em Gurupi, José Graziano discorre sobre as diretrizes de governo. Reforma agrária em terras improdutivas, política agrícola voltada para a produção de alimentos, regionalização dos preços mínimos, abastecimento e segurança alimentar, investimento na pesquisa e extensão rural, para melhorar a produtividade e a competição no mercado externo.

Ato-debate sobre política de saúde, 10 horas da noite, no ginásio de esportes lotado. É a experiência de um movimento não-governamental de saúde, em Ceres, Goiás, que se tornou centro de excelência e referência para a região. Trata e cura os leprosos, mantém um programa de atendimento gratuito e controle do diabetes, um programa especial de saúde da mulher e uma campanha de prevenção à Aids. É evidente que esse tipo de projeto interdisciplinar será um referencial para a política de saúde.

Por aqui passaram os bandeirantes, em busca de ouro e esmeraldas. Depois, passou Guimarães Rosa, explorando veredas.

Lula chama ao palanque um garimpeiro e começa a entrevistá-lo. O mulato, baiano, um saco de feira na mão, desanda a falar: quinze anos de trabalho, dez filhos, riqueza nenhuma. O garimpo é controlado por três empresas. Se um cai na tentação de guardar umas pedras, apanha e é expulso.

Discussão à noite, com os produtores rurais. À mesa o prefeito do PMDB, anfitrião. João Luzia, da Associação dos Pequenos Produtores, não discursa: lê, com certa dificuldade, o documento que haviam preparado e, logo após, faz a entrega. Maria Aparecida, outra líder, dirige-se a Lula com emoção contida: "Quando você for eleito, lembre-se de nós. O povo está cansado, já não agüenta mais tanto sofrimento". Lula também se emociona: "Se for para governar como os outros, prefiro morrer antes da eleição".

Aqui fora, todos se igualam. Estamos mais aprendendo do que ensinando. A realidade é mais forte do que as nossas certezas. Em pouco tempo, somos um grupo de irmãos. Conversando com franqueza, discutindo os assuntos da próxima parada.

Sem falseta: é como se os conflitos ideológicos de ontem cedessem lugar a uma nova contradição, prevalecendo a unidade.

No ônibus, depois do almoço à beira da estrada, bate o banzo. Ouvem-se música da região e os clássicos populares. Uns contam causos e piadas; outros risonham. Um lê Dalton Trevisan: "Os dois corações batendo só de um lado, não há o que nos separe".

CHEGOU

Visita aos centros operários foi a senha:

Inaugurado no início de maio, o prédio de três andares onde se instalou o Comitê Central da candidatura Lula ainda não vive um autêntico clima de campanha. Dirigentes e funcionários do PT circulam agitados e cumprem com frequência jornadas de trabalho que eles próprios se acostumaram a chamar de desumanas. Mas é só. As salas e corredores ainda não recebem, na maior parte do tempo, o chamado "militante comum": aquele que leva a campanha às ruas, que panfleteia os terminais de ônibus, que faz comício de megafone na mão, que rebate nas conversas de boteco os argumentos lançados todos os dias contra a esquerda pelos meios de comunicação.

Nessas salas e nesses corredores, Gilberto de Carvalho é uma presença quase constante. É possível encontrar o secretário-geral do PT reunido por horas seguidas com integrantes do comitê dos artistas, e depois vê-lo agendar, em cinco minutos, uma dúzia de novos compromissos. Gilberto distingue-se, porém, por não aparentar a afobação que transparece quase sempre no semblante de outros dirigentes de esquerda. Gilberto encontra finalmente tempo para atender ao repórter e então sorri, e dispara: "É claro que o caminhão de som do Sindicato dos Metalúrgicos foi apenas o pretexto. Ao atacar as visitas de Lula às grandes concentrações operárias, a direita pretende na verdade criminalizar a intervenção dos trabalhadores na campanha, que será essencial para garantir nossa vitória e em seguida nosso próprio governo".

Apelo romântico

A coordenação da campanha, diz o secretário-geral, vai responder a essa ofensiva lançando um apelo de fundo romântico. "Escolhemos 12 de junho, Dia dos Namorados, para lançar em todo o país o slogan "Apaixone-se por esta campanha". É a data de nosso primeiro grande comício, no centro de São Paulo. É o sinal de largada para um movimento que, se depender de nós, terá manifestações ainda mais massivas que as de 1989."

A visita a grandes fábricas de S. Paulo, Minas e Rio deflagrada em 23 de maio não foi, faz questão de frisar Gilberto, uma coincidência de agenda. Em 1989, uma iniciativa semelhante marcou o início da arrancada de Lula rumo ao segundo turno. Cinco anos depois, a volta aos centros operários é a senha para lançar uma onda de mobilização popular e de debate, através da qual os partidos de esquerda pretendem consolidar a liderança destacada do



AS ESTRELAS SÃO MUITAS E DIFERENTES, MAS A CONSTELAÇÃO É UMA SÓ.



MARINHO



PARIZOTTI

Gilberto Carvalho

"sapo barbudo".

"O patamar de 40% que atingimos até agora é o resultado do prestígio histórico de Lula e da tática acertada das caravanas", avalia Gilberto. Ele mesmo ressalva, porém: "É necessário dar à campanha estofamento, densidade de massa. Faremos isso através de dois movimentos essenciais. Incentivaremos a formação de comitês populares em todo o país, e daremos início aos grandes comícios que só a esquerda, com sua tradição de chamar o povo à luta, tem capacidade para realizar".

Se os planos forem de fato levados à prática, em poucos meses dez mil comitês darão ampla capilaridade à campanha da Frente Brasil Popular. Os coordenadores da candidatura Lula estão preocupados em destituir o movimento de qualquer formalidade. "Os comitês visam integrar na campanha todo tipo de apoiador de Lula. Ninguém precisa exibir carteira de filiação partidária nem exibir currículo de participação em movimentos populares. Um comitê nada mais é, a princípio, do que uma casa ou uma sala onde se reúnem pessoas que querem contribuir para a vitória do povo, e debater saídas para o Brasil."

Dispensar a burocracia não significa reduzir o papel dos comitês - ao contrário. "Eles não serão apenas os locais onde os

A VEZ DO POVO

vêm aí os grandes comícios, manifestações e os comitês populares de campanha



Zé Dirceu e Lula, sobre o caminhão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, falam em portas de fábricas

“Brasil Agora” publicará programa em fascículos

A partir do início de junho **Brasil Agora** publicará, em fascículos, uma versão condensada do programa de governo aprovado no 9º Encontro Nacional do PT. Parte do esforço de mobilização popular para os últimos cem dias da batalha pela Presidência, a iniciativa visa permitir que um grande número de trabalhadores leia e opine sobre o documento, o que é essencial para aprimorá-lo.

A coordenação da campanha criará, além desse, outros instrumentos de comunicação. Uma agência de notícias emitirá dois boletins diários, sobre a campanha e a conjuntura, para os comitês. Em muitos municípios, um serviço telefônico “Disque-Lula” fornecerá diariamente a milhares de interessados informações e análises exclusivas.

Campanha chega à base

Católicos estão entre os primeiros a organizar comitês

“Muitos apoiadores cristãos do Lula não têm contato direto com o PT. Mas participam regularmente das atividades da Igreja.

Os comitês religiosos procuram levar essa gente a debater o governo do Lula, e a multiplicar a campanha em todo o Estado de São Paulo.” Integrante do Centro de Direitos Humanos e Educação

Popular (CDHEP), que está integrado há anos aos movimentos populares do bairro proletário do Campo Limpo, o padre Inácio da Silva prepara-se agora para a batalha dos comitês.

No último dia 24, ele foi um dos organizadores da reunião que começou a preparar o lançamento do comitê setorial de católicos

pró-Lula de S. Paulo.

Mais de 200 pessoas — entre religiosos e leigos — compareceram. Decidiram começar imediatamente a organizar comitês em suas regiões.

Padre Inácio destaca: “O importante é que sejam os mais variados possíveis. Não há receitas nem centralismo”.

apoiadores se reunirão para organizar panfletagens”, diz Gilberto. E destaca: “É através deles que iremos expor nosso programa ao povo e, mais que isso, conhecer o pensamento da população sobre nossas idéias”.

As multidões decidem

Em 12 de junho, prossegue o secretário-geral do PT, a coordenação da Frente Brasil Popular lançará também os chamados *comitês setoriais*. Através deles, setores do movimento popular que tradicionalmente dão apoio às batalhas eleitorais dos partidos de esquerda se-

rão chamados a envolver-se na campanha, e a participar da definição dos rumos do governo. Em todos os estados serão formados, entre outros comitês sindicais, de mulheres, de religiosos, de jovens, agrários, da terceira idade, de gays e lésbicas e de artistas.

Esse amplo esforço de organização está voltado em grande parte, reconhece Gilberto, para deflagrar uma série de grandes comícios, e fazer outra vez da disputa pelo governo uma batalha em que as multidões se transformem no fator decisivo. Em 94, os planos da Frente Brasil Popular são ainda mais ambi-

ciosos e sofisticados que em pleitos anteriores. “Queremos fazer tantos comícios quanto em 89, e reunir ainda mais gente”, diz ele. E acrescenta: “Mas vamos dar à mobilização popular mais agilidade. Queremos promover quando necessário fatos que alcancem relevância nacional, e mudem o rumo da conjuntura”. Se os comitês setoriais forem capazes de dar expressão ao sentimento de mudança que se espalhou entre o povo, avalia o secretário-geral do PT, os partidos de esquerda estarão em condições de convocar, por exemplo, na data em que o Plano FHC-2 for a votação no Con-

gresso Nacional, protestos simultâneos contra o arrocho, em várias capitais.

Gilberto de Carvalho não se agita, nem muda o tom de voz, quando a conversa envereda finalmente para o assunto que polarizou a disputa pela Presidência nas últimas semanas. De que forma a coordenação da campanha tratará fatos como as ameaças dos partidos conservadores e da grande imprensa? Que fazer diante de situações como os discursos de Lula aos operários do ABC, quando a direita se serviu de picuinhas jurídicas para insinuar que a mobilização do povo põe em risco a ordem institucional?

“Agiremos com serenidade mas ao mesmo tempo com firmeza”, diz o secretário do PT. “Não nos interessa criar contenciosos desnecessários com a Justiça Eleitoral. Mas não deixaremos de questionar, tanto nos tribunais quanto nas ruas, a legitimidade de uma lei eleitoral que permite aos empresários manipular com rios de dinheiro as eleições, enquanto procura calar os trabalhadores”. Gilberto conclui: “Estamos preparados para muitas provocações como esta. É a reação que esperávamos dos que sempre mandaram na política brasileira, e agora se sentem inseguros”.

A batalha das coligações

Esquerda chega à unidade em quase todos os estados, e provoca dissidências importantes nos partidos conservadores

Com duas coligações fechadas na última hora, mas que serão de grande relevância durante a campanha presidencial, terminou no último dia 29 o esforço lançado pela direção nacional do PT para firmar um leque amplo de alianças estaduais em torno da candidatura Lula. Tanto na Bahia quanto em Santa Catarina, frutificaram finalmente as tentativas para selar acordos com dissidentes do PSDB e com setores do PDT. Nos dois estados o PT não lançará candidato próprio a governador. Em compensação, o palanque de Lula será reforçado por Jutahy Magalhães (BA) e Nelson Wedekin (SC), ambos com chances importantes de chegar aos governos de seus estados.

Romper o cerco

O amplo apoio da população ao candidato da esquerda ao Palácio do Planalto permitia, avaliou há vários meses o Diretório Nacional petista, romper o cerco dos partidos de direita e de centro, e colher resultados inéditos na disputa pelos governos estaduais. O esforço prioritário continuava sendo o de unir em todo o país os partidos progressistas. Mas surgia ao mesmo tempo a possibilidade de dividir as

forças conservadoras, conquistar em alguns casos a adesão de seus dissidentes, e alcançar vitórias que poderão ser importantes para assegurar a governabilidade de Lula, que as elites tentarão abalar desde o início.

Os resultados do esforço de ampliação foram expressivos. Em quase todos os estados a Frente Brasil Popular lançou um único candidato a governador aliado a Lula. As exceções são o Rio Grande do Norte (onde o PT local não aceitou coligar-se com os demais partidos de esquerda, que apoiam Wilma Farias), Sergipe (onde PV, PSTU e PCB costuraram uma aliança em torno de José Araújo Filho) e o Ceará (onde o PSTU fez questão de lançar, solitário, Rosa da Fonseca).

PDT e PSDB

Além disso, em pelo menos quatro estados candidatos a governador do PDT, apoiados pelo PT, subirão no palanque de Brizola - mas também no de Lula. São eles: Jackson Barreto (SE), Jackson Lago (MA), Nelson Wedekin (SC) e Dante de Oliveira (MT). Há diferenças entre cada um dos casos. Barreto parece às vezes sugerir que seu apoio a Brizola pren-

de-se ao dever de fidelidade partidária. Dante, apoiado por uma coligação que inclui PMDB e PSDB, anuncia que poderá frequentar múltiplos palanques.

Chances Ampliadas

Um esforço semelhante foi lançado em direção aos dissidentes do PSDB, com resultados importantes na Bahia e em Santa Catarina. Os pessedebistas baianos foram os primeiros a anunciar que não se perfiliariam diante da aliança com o PFL e Antonio Carlos Magalhães. Em Santa Catarina, o comando da candidatura Fernando Henrique decidiu à última hora lançar para o governo o banqueiro Jorge Bornhausen. O PSDB ficou com o candidato da esquerda, o pedetista Nelson Wêdeckin.

Para membros da Executiva do PT ouvidos por **Brasil Agora**, o quadro que surgiu na reta de largada da disputa pelo governo dos estados é promissor. Candidatos a governador comprometidos com as reformas têm boas chances de vitória em pelo menos nove estados; PE (Miguel Arraes-PSB), RS (Olívio Dutra-PT), DF (Cristovam Buarque-

PT), BA (Waldir Pires-PSDB), SC (Nelson Wedekin-PDT), ES (Vitor Buaiz-PT), RJ (Jorge Bittar-PT), AC (Sebastião Viana-PT) e AP (João Capiberibe-PSB).

Arrancada paulista

Os esforços da coordenação da Frente Brasil Popular devem agora se concentrar em duas metas principais. A primeira é reverter a situação difícil que as candidaturas de Zé Dirceu e Antonio “Carlão” Pereira, ambos do PT, enfrentam em São Paulo e Minas. Para São Paulo foram marcados tanto o primeiro grande comício de Lula, quanto uma caravana paulista de Lula.

O segundo objetivo é explorar as contradições entre os partidos conservadores, estimular as dissidências a ampliar, no próprio transcurso da campanha, o rol de adesões à Frente. Os casos de Rondônia e da Paraíba são expressivos.

Os candidatos do PMDB ao governo dos dois estados - Waldir Raupp e Antonio Mariz, respectivamente - já deram sinais claros de que poderão abandonar a candidatura Quércia, em favor de Lula.

Antonio Martins

Quem apóia Lula nos Estados

Quadro provisório, sujeito a alterações (AM)

Estado	Governador	Partidos	Obs:
Acre	Sebastião Viana (PT)	PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PV	
Alagoas	Marcos Vieira (PSB)	PSB, PT, PPS, PRP	PCdoB com PMDB e PSDB
Amapá	João Capiberibe (PSB)	PSB, PT, PCdoB, PV, PDT	
Amazonas	Aloísio Nogueira (PT)	PT, PSTU, PV	PCdoB indefinido
Bahia	Jutahy Júnior (PSDB)	PSDB, PT, PSB, PCdoB, PPS	
Ceará	Joaquim Cartaxo (PT)	PT, PSB, PCdoB, PPS	
	Rosa da Fonseca (PSTU)	PSTU	
Distrito Federal	Cristovam Buarque (PT)	PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PCB	
Espírito Santo	Vitor Buaiz (PT)	PT, PSB, PCdoB, PV, PCB	
Goiás	Luiz Antônio (PT)	PT, PCdoB, PPS, PSTU, PV, PMN	
Maranhão	Jackson Lago (PDT)	PDT, PT, PCdoB, PPS, PMN	Lago também sobe no palanque de Brizola; parte do PSDB o apóia
Mato Grosso	Dante de Oliveira (PDT)	PT, PSB, PCdoB, PPS, PV	Dante sobe também nos palanques de Brizola, Quércia e FHC
Mato Grosso do Sul	Pedro Teruel (PT)	PDT, PMDB, PSDB, PMN, PSC	PCdoB e PV com PMDB
Minas Gerais	Antonio “Carlão” Pereira (PT)	PT, PPS, PSTU, PMN	
Pará	Valdir Ganzer (PT)	PT, PSB, PCdoB, PSTU, PPS	
Paraíba	Valdir Ganzer (PT)	PT, PSTU, PV	PCdoB, PSB, PCB, PPS com PSDB
Paraná	Avensoar Arruda (PT)	PT, PCdoB, PV, PSB, PSTU	
Pernambuco	Jorge Samek (PT)	PSB, PCB	
	Miguel Arraes (PSB)	PSB, PT, PCdoB, PCB, PPS, PV	
		PDT, PMN	
Piauí	Roberto John (PT)	PT, PSB, PSTU	PCdoB e PPS com PMDB e PSDB
Rio de Janeiro	Jorge Bittar (PT)	PT, PSB, PCdoB, PCB, PPS, PSTU, PV	
Rio Grande do Norte	Vilma Faria (PSB)	PSB, PCdoB, PCB, PV, PPS, PSC, PMN	
	Fernando Mineiro (PT)	PT, PSTU	
Rio Grande do Sul	Olívio Dutra (PT)	PT, PSB, PCdoB, PPS, PV, PCB, PSTU	
Rondônia	Jorge Streit (PT)	PT	
Roraima	indefinido		
Santa Catarina	Nelson Wedekin (PDT)	PDT, PSDB	Wedekin sobe no palanque de Brizola
		PT, PSB, PCdoB, PCB, PPS	
São Paulo	Zé Dirceu (PT)	PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PCB, PMN	
Sergipe	Jackson Barreto (PDT)	PDT, PT, PSB, PCdoB, PMN, PP	Jackson sobe no palanque de Brizola
	José Araújo Filho (PV)	PV, PSTU, PCB	
Tocantins	Neilton Araújo (PT)	PT	PCdoB e PSB com PMDB

Que a terra lhe seja leve

Com o fracasso da reforma da Carta, as elites sofrem uma derrota estratégica

Por volta das 20 horas do dia 31 de maio o senador Humberto Lucena, presidente do Congresso Nacional, foi obrigado a jogar a última pá de cal sobre o sonho da direita de realizar a revisão constitucional. Foi melancólico. Lucena encerrou a sessão e a própria revisão por falta de quorum. Havia fracassado todos os acordos para dar ao processo uma sobrevida e retomá-lo mais adiante. A revisão, um dos planos estratégicos dos conservadores, já está até com a missa de sétimo dia marcada. No dia 8 de junho haverá sessão especial para promulgar a meia-dúzia de artigos inexpressivos aprovados.

Foi uma grande derrota para quem pretendia acabar com os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, abrir ao capital estrangeiro o sistema financeiro nacional e a exploração mineral, desfazer a distinção entre as empresas de capital estrangeiro e nacional, liquidar a estabilidade dos funcionários públicos, privatizar a Previdência Social, terminar com a aposentadoria por tempo de serviço e restringir a liberdade de organização partidária.

É preciso fazer um balanço rigoroso desta tentativa de revisão constitucional, e de seus significados. Enquanto isso não acontece é importante recordar que ela foi considerada um golpe político por grande parcela dos juristas brasileiros, pelos partidos de esquerda e pela grande maioria das organizações do movimento popular.

Jobim, o ditador

No entanto, o que prevaleceu entre os congressistas foi o entendimento contrário, que não admitiu tal vinculação. Os revisionistas apresentaram cerca de 17 mil emendas revisionais. Muitas delas não respeitaram sequer as chamadas cláusulas pétreas, previstas no artigo 60 da Constituição, segundo o qual não podem ser objeto de deliberação as propostas de emendas pendentes a abolir a forma federativa de Estado,

o voto direito, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais. Para piorar a situação, o relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) agiu desde o início como ditador: impôs um regimento autoritário, restritivo da participação dos parlamentares comuns, concentrando nas mãos das lideranças partidárias todo o poder de tocar a revisão. Esta atitude fez com que a maioria dos parlamentares se desinteressasse do processo.

Entre outros fatores que determinaram o fracasso da revisão, apontam-se uma pauta conservadora, apresentada justamente em ano eleitoral, a falta de unidade entre os revisionistas; a falta de empenho do presidente Itamar Franco em favor da revisão; a realização paralela dos trabalhos da CPI que investigou o escândalo do Orçamento; a ação mais organizada dos trabalhadores das empresas estatais ameaçadas de privatização, em comparação com o lobby das empresas de capital estrangeiro; e, embora minoritários (cerca de 90 entre quase 600), a obstrução cerrada dos parlamentares progressistas.

As sete mudanças

Sem legitimidade e sem poder de convencimento, os defensores da revisão já entravam no plenário da Câmara derrotados moralmente, receosos de desagradar os eleitores. Em sete meses de trabalho, lograram aprovar apenas seis matérias.

1) O Fundo de Emergência extra-orçamentário, previsto no Plano FHC2, destinado a emergências sociais;

2) A opção de dupla nacionalidade para brasileiros nascidos no exterior e a redução do prazo de naturalização para os estrangeiros residentes no país, de 30 para 15 anos;

3) A convocação pelo Congresso Nacional de ministros e secretários de Estado com *status* de ministros;

4) O acréscimo, na Lei das Inelegibilidades, do critério segundo o qual a Justiça Eleitoral deve levar em conta a probidade admi-

nistrativa e a vida pregressa dos candidatos;

5) A redução do mandato do presidente da República de cinco para quatro anos, sem direito à reeleição;

6) O dispositivo segundo o qual a renúncia do parlamentar processado por uma das Casas do Congresso não suspende seu processo;

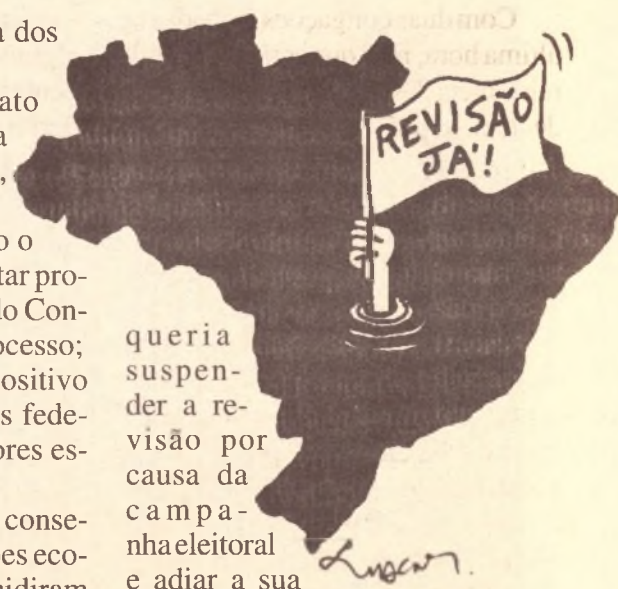
7) A revogação do dispositivo que proibia as universidades federais de contratarem professores estrangeiros

Percebendo que não conseguiriam mais votar as questões econômicas, os revisionistas decidiram fazer um acordo com os "contras" para salvar as aparências. Estabeleceu-se uma pauta em que constavam, entre outros assuntos menos importantes, uma proposta para facilitar as reformas constitucionais.

Última tentativa

O dispositivo normal para modificar a Constituição é o da emenda constitucional, previsto no artigo 60. A emenda deve ser aprovada em dois turnos em cada casa do Congresso, pelo quorum de três quintos dos votos dos deputados e dos senadores, em votações separadas. De acordo com uma proposta formulada pelo deputado Nelson Jobim — que os "contras" estavam tendentes a apoiar —, a reforma global da Constituição passaria a ser feita de dez em dez anos, por três quintos dos congressistas, mas apenas em dois turnos, em sessão unicameral. Tal reforma deveria, no entanto, ser aprovada em referendo por maioria absoluta do eleitorado nacional. De acordo com este projeto, o referendo seria dispensado se a reforma fosse realizada no ano que vem, já que os eleitores seriam avisados nas eleições de outubro de que estariam outorgando aos futuros parlamentares o seu "poder constitucional originário".

Uma outra proposta, cuja apresentação praticamente pôs a perder o acordo com os "contras", foi apresentada pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP). Temer



queria suspender a revisão por causa da campanha eleitoral e adiar a sua

continuidade para o próximo ano, com o mesmo regimento e as mesmas emendas já apresentadas. Antes o deputado apresentou um projeto de resolução propondo a convocação de uma "Assembléia Revisora Exclusiva" de 150 membros, que depois de fazer a revisão ficariam inelegíveis pelo período de cinco anos. Este projeto, defendido por juristas como Ives Gandra e Fábio Comparato e por jornalistas como Luís Nassif, foi encampado pela Folha de S. Paulo. É considerado inconstitucional por juristas como o professor Dalmo de Abreu Dallari e o senador Josaphat Marinho.

A estranha tese foi defendida também pelos que, como Nassif, alimentaram a ilusão de que os políticos podem ser controlados pelos técnicos e juristas supostamente neutros da pretensa "assembléia exclusiva" (que só poderia ser instalada após um golpe de Estado ou uma revolução). Nassif gosta de chamar de "ignorantes" os que divergem de sua tese. Ignorante é ele, que já soube mas se esqueceu de uma lição válida pelo menos desde Maquiavel: enquanto houver Estado, haverá interesses contrários em torno dos assuntos de Estado, interesses políticos, é óbvio. Portanto, enquanto houver Estado, haverá política. O resto é conversa pra boi dormir.

Antonio Carlos Queiroz de Brasília

Programa de TV só em estúdio

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já definiu algumas regras para a campanha eleitoral na televisão. A legislação obriga todos os candidatos a restringir seus tempos com programas gravados apenas em estúdio, ou seja, não é mais possível e veiculação de imagens externas de campanha e comícios. Apesar disso, Paulo de Tarso Santos, responsável pelo programa de TV da Frente Brasil Popular, diz que a interpretação do Tribunal foi bem mais liberal do que se esperava. "Foi liberado praticamente tudo den-

tro do estúdio, até mesmo a edição dos programas, desde que não se use recursos técnicos para montar externas no próprio estúdio. Segundo ele, isso implica "um programa de TV mais caro, mais trabalhoso e mais difícil de ser realizado, pasteurizando a campanha sem refletir o que anda acontecendo nas ruas."

O programa de TV da campanha de Lula entra no ar a partir de 2 de agosto e terá 3 minutos e 10 segundos (com o apoio do PV esse tempo aumenta em 30 segundos)



Paulo de Tarso Santos

Teoria & Debate discute Reforma Agrária

A reforma agrária assume importância cada vez maior com as amplas possibilidades da posse de um governo popular em 1995.

A revista Teoria e Debate, em seu último número, deu especial atenção ao tema, trazendo artigos de Claus Germer, José Eli da Veiga, Eudoro Santana e João Pedro Stédile.

A Secretaria Agrária Nacional do PT, o Boletim Nacional e a revista promovem encontro, dia 15 de junho, às 20:00 horas, na PUC - São Paulo para aprofundar as discussões.

LUZ NO FIM DO TÚNEL

LULA 40%

A escolha dos Farias

FHC já admite ter o apoio dos irmãos de PC. Não há outro caminho para quem quer ser a alternativa das elites

Foi uma evasiva muito reveladora. Em 26 de maio, quando os repórteres perguntaram a Fernando Henrique Cardoso se admitia negociar a adesão da família de PC Farias à sua candidatura presidencial, ele respondeu lacônico: "Não vou dizer que não quero o apoio deles". Meio sem jeito, FHC ainda tentou desconversar: "Mas qual é o candidato que vai escolher voto?"

Praticamente escondido da população pela TV e pelos grandes jornais, o provável acerto entre os irmãos de PC e a chapa do PSDB-PFL-PTB à Presidência já vinha, no entanto, movimentando os bastidores da política alagoana desde a véspera. "Não recuso o voto de ninguém. Se os Farias quiserem nos apoiar, ótimo", havia dito o vice de FHC, senador Guilherme Palmeira.

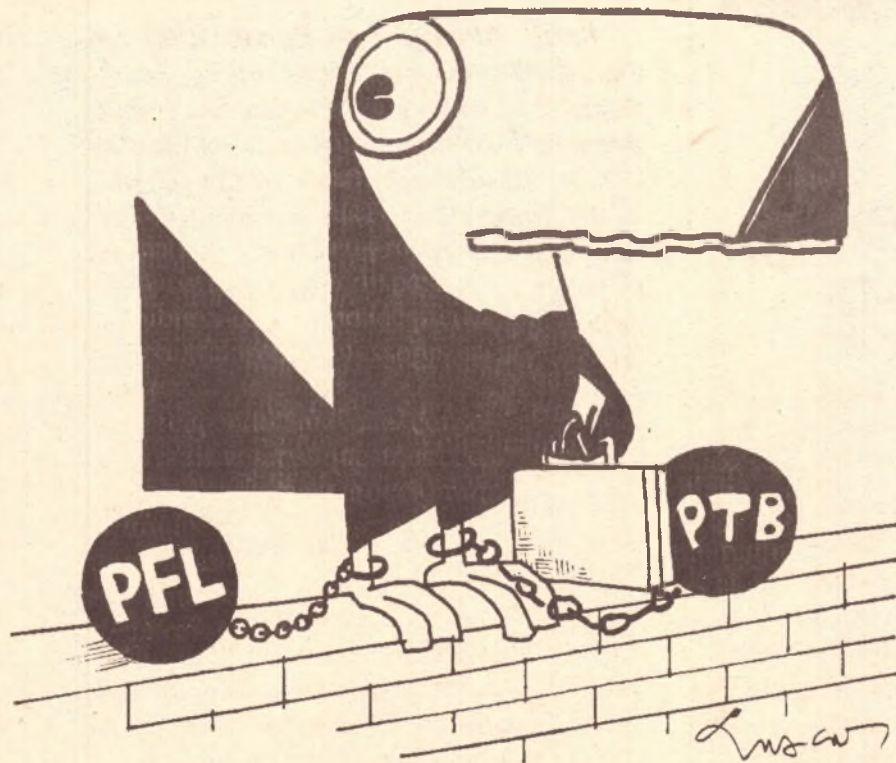
Para os que insistem em ver no senador Fernando Henrique Cardoso o acadêmico brilhante que ousou lançar-se na política e ajudou a enfrentar a ditadura, as negociações com a família Farias podem ser surpreendentes. Mas para os alagoanos, que acompanham há mais de uma década a trajetória política do companheiro de chapa do "príncipe dos sociólogos", nada mais natural que Guilherme Palmeira estar outra vez no mesmo palanque dos irmãos e aliados de PC.

Inesperado seria o contrário, pois o apoio da família Farias ao senador tem sido a ordem natural dos acontecimentos. Trata-se de um vínculo de relações políticas e pessoais que vem desde o final dos anos 70 e só foi interrompido entre 1986 e 1989.

Biônicos e amigos

O elo de ligação mais forte entre PC e Palmeira, como já se sabe, é Fernando Collor. Mas ainda nos tempos do "Paulinho Gasolina" (apelido de PC nos tempos de corretor de carros, quando abriu a Tratorial em Maceió), as ligações de amizade já existiam na roda de compadrismo da vida política e econômica alagoana.

Em 1978, Guilherme Palmeira foi indicado governador biônico de Alagoas pelo antecessor Divaldo Suruagy, ambos da antiga Arena. No ano seguinte nomeou para prefeito (também biônico) de Maceió o jovem *playboy* Fernando Collor de Mello, recém-casado com a socialite Lilibeth Monteiro de Carvalho. Fernando tinha sido trazido de Brasília pelo pai, senador (também biônico) Arnon de Mello, para tomar conta de um dos ramos do complexo de comunicações da família,



o jornal *Gazeta de Alagoas*. Fernando foi lançado na política como "cria" de Guilherme e a nascente amizade com "Paulinho Gasolina" começou a unir os três.

Em 82, Guilherme Palmeira deixa o governo e concorre ao Senado. Seu suplente foi João Lyra, um dos usineiros mais ricos do estado, sogro de Pedro Collor. Lyra já era uma figura cara ao coração de PC Farias: a Tratorial estava falida em pré-liquidação, e o usineiro fez a PC o favor de efetuar compras em série pagando à vista para reforçar-lhe o caixa.

Ruptura fugaz

As coisas caminhavam nesse rumo, numa sólida ligação política e empresarial entre Farias, Lyra, Palmeira e Collor de Mello, quando em 85 Fernando Collor, então deputado federal pelo PDS, partido a que todos pertenciam, resolve trilhar caminho próprio, e provoca um cisma no sistema dominante do estado. Fernando entra no PMDB, assimila um discurso de oposição, apóia o candidato desse partido a prefeito de Maceió, Djalma Falcão (que vence a eleição) e prepara sua própria candidatura ao governo do estado em 86. Com ele, leva PC Farias já como encarregado das finanças da campanha.

O adversário de Collor foi exatamente Guilherme Palmeira, já no PFL. A derrota do pefelista inicia o breve período de rompimento entre ele, Collor e PC, reatado logo após a eleição de Collor para presidente, em 89.

Inaugura-se, então, a República de Alagoas. O estado se transforma num acampamento de políticos,

burocratas e "aspones" deslumbrados com a intimidade com o poder central. Desde a ostentação mais ridícula às roubalheiras mais escabrosas, acontece de tudo. Paulo César Farias era um vice-rei nessa corte.

Poucos dias antes de deixar o governo, Collor assina os célebres acordos com os usineiros, que ferrem profundamente tanto o Tesouro do estado quanto os princípios jurídicos mais elementares. Além de abolir a cobrança de ICMS sobre a cana própria, os compromissos ainda mandam devolver aos usineiros e suas empresas coligadas todo o imposto por eles pago nos últimos dez anos. Resultaram num rombo de centenas de milhões de dólares nas finanças de Alagoas mas, segundo foi fartamente denunciado, asseguraram comissões de 10 a 15 milhões de dólares, que seriam usadas para fazer decolar a campanha de Collor à Presidência.

Nos braços do ex-afilhado

Instalado no Planalto, Collor recompõe, com mão de ferro, todo o esquema político-partidário de Alagoas. Guilherme é atraído de volta ao ninho, nomeia amigos para cargos federais no estado e torna-se conselheiro político de Collor para assuntos de Alagoas. O criador submete-se à criatura.

Vem a eleição de 90, o maior derrame de dinheiro e a fraude eleitoral mais escandalosa já vistos em Alagoas. PC Farias comanda as remessas de dólares que "azeitam" a campanha de Geraldo Bulhões. Foram, segundo admitiu o próprio irmão de PC, deputado Augusto Farias, US\$ 16 milhões, sem contar as "contribuições" aos candidatos a se-

nador e deputado. No mesmo palanque estava Guilherme Palmeira, disputando uma vaga para o Senado. Foi a eleição mais tranqüila de sua carreira.

O escândalo da fraude de 1990 tem conseqüências: Renan Calheiros, até então líder do governo Collor na Câmara, é traído pelo presidente, que ordena a PC "descarregar" tudo na campanha de Bulhões. Renan rompe com Collor, denuncia o esquema e dá início ao processo político que culminou com o *impeachment*.

Em abril de 92, chega ao ponto mais acirrado a briga entre Pedro Collor e PC, na disputa pelo mercado jornalístico de Alagoas. PC está pronto para colocar em circulação a *Tribuna de Alagoas*, com equipamentos de última geração e capaz de concorrer com o monopólio da *Gazeta*, que pertence aos Collor de Mello. Pedro resolve contar tudo. O escândalo abala o país. Era preciso fazer alguma coisa para calar a boca do irmão caçula e deixar em paz os negócios da dupla PC-Collor.

Quem é escalado para tentar a pacificação? Guilherme Palmeira, amigo dos dois lados, ligado às duas famílias, Farias e Collor.

Com Collor até a véspera

Segundo Pedro, a conversa com Guilherme durou quase duas horas. "Ele me disse que não sabia se aquilo tudo que eu revelei era verdade. Mas me disse que se eu fosse em frente ia dar uma confusão dos diabos", conta Pedro. Deu.

Guilherme ficou ao lado de Fernando Collor até a penúltima hora. Na última, como tantos outros, tratou de salvar a própria pele e se declarou a favor do *impeachment*. Ainda assim, naquele mesmo ano de 92, na eleição para prefeito de Maceió, apoiou e subiu no palanque do candidato de Collor e PC, José Bernardes. Foi uma derrota humilhante: o candidato das oposições, Ronaldo Lessa (PSB) venceu no segundo turno com 70% dos votos.

Para a eleição deste ano, mais uma vez o PFL de Guilherme Palmeira estará no mesmo palanque da coligação armada por Geraldo Bulhões para tentar fazer o sucessor, disputando contra o candidato até agora favorito nas pesquisas, Divaldo Suruagy (PMDB) e a frente de esquerdas "Nova Força", com a candidatura do arquiteto Marcos Vieira (PSB).

**Plínio Lins
de Maceió**



Tasso Jereissati

CEARÁ

Por trás do marketing, a incompetência

Apontada como grande surpresa da política nacional nos últimos anos, a dupla de governantes do Ceará, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, deixa na sombra de seus governos a contraposição de um *marketing* desenvolvido em cima da modernidade administrativa e política a um cenário de manutenção e aprofundamento das desigualdades sociais no estado.

Os números dos dois governos do PSDB no Ceará demonstram que a imagem cultivada de racionalidade, administrativa e a tão propalada “nova maneira” de fazer política não trouxeram dividendos em relação à melhoria das condições de vida da população. Estudo feito pelo professor de sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Manfredo Oliveira, aponta que durante o governo Jereissati a parcela da população que ganhava entre meio e dois salários mínimos cresceu de 80,3% para 82,4% e que, para uma população de 6,5 milhões de pessoas, 37,5% dos cearenses com mais de 10 anos eram analfabetos, 22% das crianças entre 7 e 14 anos não tinham escola, 60,9% das residências não tinham esgoto, 62,7% não contavam com abastecimento de água adequado, 71,5% dos trabalhadores do estado não contribuíam para a Previdência e 61,1% tinham renda de até meio salário mínimo.

Aparências

Mesmo com esses índices alarmantes, os dois governos preferiram ter como prioridade o mundo das aparências e das aparições. Ciro Gomes transcendeu seu espaço político e passou a ser a grande vedete da mídia, vendido para as demais regiões do país como o exemplo mais bem-acabado da eficiência administrativa e com a imagem de quem nega a política tradicional, bem ao estilo do ex-presidente cassado.

Ciro Gomes, assim como Fernando Collor, começou sua carreira política no PDS, recebendo de seu pai, ex-prefeito de Sobral, o cargo de procurador da prefeitura, e em sua passagem pela Assembleia Legislativa, segundo a revista *Isto É*, tratou de garantir empregos para seus familiares no governo Gonzaga Mota. E quando o governador rompeu com os coronéis Aauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals, a família Gomes, que era aliada do coronel Cals, perdeu sua participação no Executivo.

Segundo dados do IBGE, um terço da população de Fortaleza vive em favelas, o mapa da fome do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) traz o Ceará em terceiro lugar em relação ao número de habitantes em condições de indigência e a indústria de turismo, fomentada durante os dois últimos governos, vem provocando um aumento significativo na prostituição, envolvendo inclusive a população infanto-juvenil.

A “ilha de prosperidade”, que se tornou o Ceará, na verdade esconde um quadro de miséria que também pode ser expressado pelos 22.135 casos de cólera, com 175 mortes, ocupando o primeiro lugar do país, triste recorde para uma modernidade neoliberal que se caracteriza pelo confronto com as antigas lideranças dos coronéis.

Igreja condena o neoliberalismo

Brasil: Alternativas e Protagonistas é o título do documento que a CNBB está divulgando como subsídio à 2ª Semana Social Brasileira, de 24 a 29 de julho próximo, em Brasília. Nele, a radiografia do modelo econômico adotado no Brasil é trágica: “O neoliberalismo não propõe mais o sonho da inclusão de todos no mercado, e sim a reciclagem e diversificação da produção para provocar o consumo dos que já estão no mercado. Os outros, os que sobram, devem ser mantidos à distância, controlados, eventualmente assistidos até que desapareçam”. Em decorrência, “instala-se uma dinâmica da desordem em todas as instâncias da vida: na escola, nos partidos, nas associações, no Estado”.

“O Brasil é a nona economia do mundo. O PIB brasileiro chegou, em 1993, a US\$ 446 bilhões”, lembram os bispos. Contudo, “o Brasil caiu do 50º para o 70º lugar na classificação mundial das condições de vida”. Segundo a FAO, dos 155 milhões de brasileiros, “só 30% da população estão integrados no mercado formal de trabalho, dos 70% expulsos da produção, 30% não trabalham, 22% são subempregados e 18% são desempregados”. Enquanto isso, “os bancos tiveram ganhos superiores a 30% acima da inflação, em 1993” e “as bolsas de valores vivem em festa”, denuncia a CNBB.

De uma lista de 120 países, o Banco Mundial classifica o Brasil em 74º lugar em termos de educação. O documento assinala uma das “contribuições” do ex-ministro Fernando Henrique Cardoso para manter o nosso povo na ignorância: o Congresso aprovou, na Revisão Constitucional, seu projeto do Fundo Social de Emergência, que suspende o repasse de, no mínimo, 18% dos impostos arrecadados para a educação, dos quais 50% seriam destinados a eliminar o analfa-

betismo. Ora, tivesse o povo do sertão da Bahia um pouco mais de instrução, João Alves não teria sido reeleito deputado federal ao longo de 34 anos nem roubado 52 milhões de dólares do orçamento da nação.

Segundo os bispos, nosso “modelo de desenvolvimento econômico não foi capaz de integrar os pobres”. Vide o atual plano econômico, que traz perdas salariais aos trabalhadores e assegura o lucro de banqueiros e grandes empresários. “A cega soberania das pretendidas leis do mercado” - diz o documento - “multiplica as possibilidades de acentuar o fenômeno da criação de duas nações no seio de um mesmo país: de um lado, um grupo de privilegiados; do outro, uma massa de assalariados sem qualificações nem competência para afrontar a concorrência internacional”, conforme alerta de Roberto Solow, Prêmio Nobel de Economia.

Onde está a saída? Para a CNBB, a “construção de um Estado Democrático passa pela capacidade da sociedade brasileira de encontrar alternativas democráticas a seis grandes entraves: a corrupção; os poderes paralelos (narcotráfico, bicheiros, etc.); a desintegração do aparelho estatal (privatização generalizada); a crise da representatividade (clientelismo); o baixo grau de cidadania; e a apartação social (aumento da miséria e dos excluídos).

Eis os pontos indispensáveis a qualquer programa de governo decente. Agora, basta o eleitor comparar com as propostas existentes na praça. Mas não se esqueça de conferir a coerência entre o discurso atual e a vida pregressa do candidato.

Frei Betto



Quando ouço falar de cultura, puxo logo meu Programa de Governo

Uma das últimas partes do programa de governo Lula a merecer uma definição mais acabada — a área de cultura — vem suscitando nas últimas semanas uma série de debates e a realização de diversos documentos que buscam responder a uma questão básica: o que seria uma gestão democrática para o setor?

Procurando fugir dos equívocos históricos da esquerda — imprimir orientações de conteúdo à atividade cultural — e dos vícios da direita — instrumentalizar as manifestações e cooptar dos mais diversos meios seus agentes —, os comitês de cultura organizados em diversos estados têm procurado estabelecer um programa mínimo de ação para o futuro governo. O traço básico da maioria deles consiste em realizar

no circuito cultural a premissa básica do programa de governo na área econômica: criar um mercado interno que integre milhões de brasileiros marginalizados na produção e no consumo. Evidentemente, neste caso, seria na produção e no consumo de bens culturais.

Este circuito cultural é constituído por três elementos básicos — a produção, a distribuição e o acesso — e somente com sua articulação harmônica será possível efetivar a plena democratização da gestão.



Lula conversa com o ator José de Abreu na estréia do filme *Lamarca no dia 2 de maio*, no Espaço Cultural do Banco Nacional em São Paulo

fato de ser esta a primeira vez que o Partido consegue formular uma diretriz para a cultura que saia dos limites conceituais e/ou de orientações para áreas específicas. Este documento, intitulado “Cultura como construção do futuro”, já serviu de base para o manifesto “Estados gerais da cultura”, no qual é feito um convite à discussão do programa de governo nos Encontros de Cultura.

Campanha

Além da formulação do programa, os comitês têm auxiliado no desenvolvimento de novas e criativas formas de desenvolver a campanha de Lula, por meio do uso intensivo das mídias alternativas, grupos de teatro de rua, bonecos etc. Com as restrições impostas pela legislação à campanha televisiva, a rua se tornará o grande palco de inventividade eleitoral nos próximos meses.

Comícios precedidos de performances e apresentações de artes cênicas, o uso intensivo do humor e da irreverência — características que marcaram as campanhas do PT e dos demais partidos de esquerda num passado recente — estão planejados para as semanas que se avizinham.

Gilberto Maringoni.

Diversidade

Se nestes princípios ocorre uma grande convergência de idéias, o mesmo não se pode dizer a respeito dos caminhos escolhidos para materializar a política cultural. Nas matérias que se seguem é possível ter uma idéia das principais diversidades contidas nos vários documentos que têm chegado ao comitê nacional de cultura sediado em São Paulo. Estas diferenças tentarão ser aparadas no Encontro Nacional de Cultura, precedido por encontros

estaduais abertos a todos os simpatizantes da Frente Brasil Popular, que será realizado na última semana de julho em local ainda a ser definido.

No entanto, já existe um programa mínimo, aprovado no Encontro Nacional do PT, que sistematiza diversas propostas e deixa outras tantas em aberto como forma de procurar contemplar o maior número possível de opiniões. Se se pode criticar o documento por evitar detalhamentos em determinados tópicos, é necessário atentar para o



Uma loja para quem não tem medo de ser feliz

PT - SP
Rua Pedro de Taques, 70-Consolação
CEP 01415-010 São Paulo
Fone: (011) 37-6651 Fax: (011) 258-5761

Produtos

Produtos	URV
Adesivos estrela	0,30
Adesivos Lula diversos	0,40
Adesivos Lula-lá	0,80
Boné Lula, PT, CUT	2,90
Boné Infantil Lula	2,90
Brinco estrela dourado	1,70
Brinco redondo dourado	1,45
Broche bandeiras	1,65
Broche 25mm - Fundação PT e CUT	1,70
Broche Lula (Metal Solda)	1,60
Broche Lula (papelão)	0,25
Broche pingente	1,40
Broche lulinha	1,00
Broche Che redondo	1,70
Broche CUT redondo dourado	2,00
Broche CUT retangular níquel	1,40
BrocheCUT alumínio	0,80
Broche estrela dourado	1,80
Broche Lula dourado	2,20
Caneta vermelha	0,60
Caneta preta	0,70
Chaveiro PT, CUT, Lula couro	2,00
Chaveiro plástico	0,40

Produtos

Produtos	URV
Chaveiro Optei	1,70
Chaveiro Ret. Lula PT	1,70
Chaveiro estrela	1,70
Estrela Plástica	0,20
Estrela alumínio	0,65
Estrela metal solda peq.	1,30
Estrela metal solda méd.	1,40
Estrela metal solda gde.	1,50
Lapela peq. redonda	1,10
Lapela ret.	1,20
Lapela med. dourada	1,40
Camiseta Hering G	4,50
Camiseta Hering GG	5,00
Camiseta malha especial G	6,00
Camiseta malha especial GG	6,50
Camiseta malha especial GGG	10,00
Camiseta colorida G	8,50
Camiseta colorida GGGG	12,00
Camiseta infantil Lula	4,00
Bolsa nylon estofado PT, CUT	35,00
Pasta executiva PT, CUT	30,00
Porta agenda PT, CUT	10,00
Estojo lápis	6,00
Pochete	6,00

As discussões da Frente

Um episódio recente despertou e mobilizou os trabalhadores da cultura: o Projeto de Programa de Governo apresentado pelo PT, em março de 1994, não tinha um parágrafo sequer sobre o nosso fazer cultural.

Para corrigir esse equívoco grave, um pequeno grupo de artistas e trabalhadores da cultura, filiados ao PT e aos demais partidos da Frente Brasil Popular, reuniu contribuições individuais e coletivas para a elaboração de um projeto de política cultural a ser proposto à sociedade brasileira para ser iniciado em 15 de março de 1995.

O rico debate dessas contribuições — particularmente desde 16 de maio de 1994, agora com a participação do PC do B, PPS, PCB — deixou clara a oportunidade e necessidade de transformar essa pequena chama em um clarão, cujo resultado será a redação do capítulo de cultura do Programa de Governo da Frente Brasil Popular.

Serão realizados, para isso, encontros setoriais e estaduais de cultura, durante os meses de junho e julho, confluindo para a realização de um Encontro Nacional de Cultura, nos dias 29, 30 e 31 de julho, no qual alguns temas poderão ser aprofundados:

- ◆ reformas efetivas do Estado, para uma nova, criativa, avançada e progressista forma de relacionamento entre agentes e trabalhadores da cultura e o poder público;

- ◆ a intervenção do governo democrático popular no mercado cultural;

- ◆ como transformar legítimas reivindicações de diversas categorias profissionais, intelectuais e culturais em políticas culturais que atendam à maioria;

- ◆ como romper a hegemonia do eixo Rio/São Paulo na produção e difusão;

- ◆ como enfrentar as manipulações dos grandes monopólios, particularmente de TV, que negam nossa pluralidade cultural ao veicular hábitos, formas de pensamento e ação, modos de falar e sentir cariocas e paulistas, transformados em sinônimo de “norma cultural urbana”, esmagando as demais formas de expressão brasileiras;

- ◆ qual o significado da defesa do produto cultural e brasileiro frente à invasão das multinacionais da indústria cultural;

- ◆ as relações culturais do Brasil com os demais países, particularmente da América Latina, África e Ásia, mas sem negligenciar o Hemisfério Norte;

- ◆ a questão da autonomia e soberania nacional nas relações culturais com os demais países;

- ◆ como transformar a produção, distribuição e acesso aos bens culturais num ponto básico da cidadania;

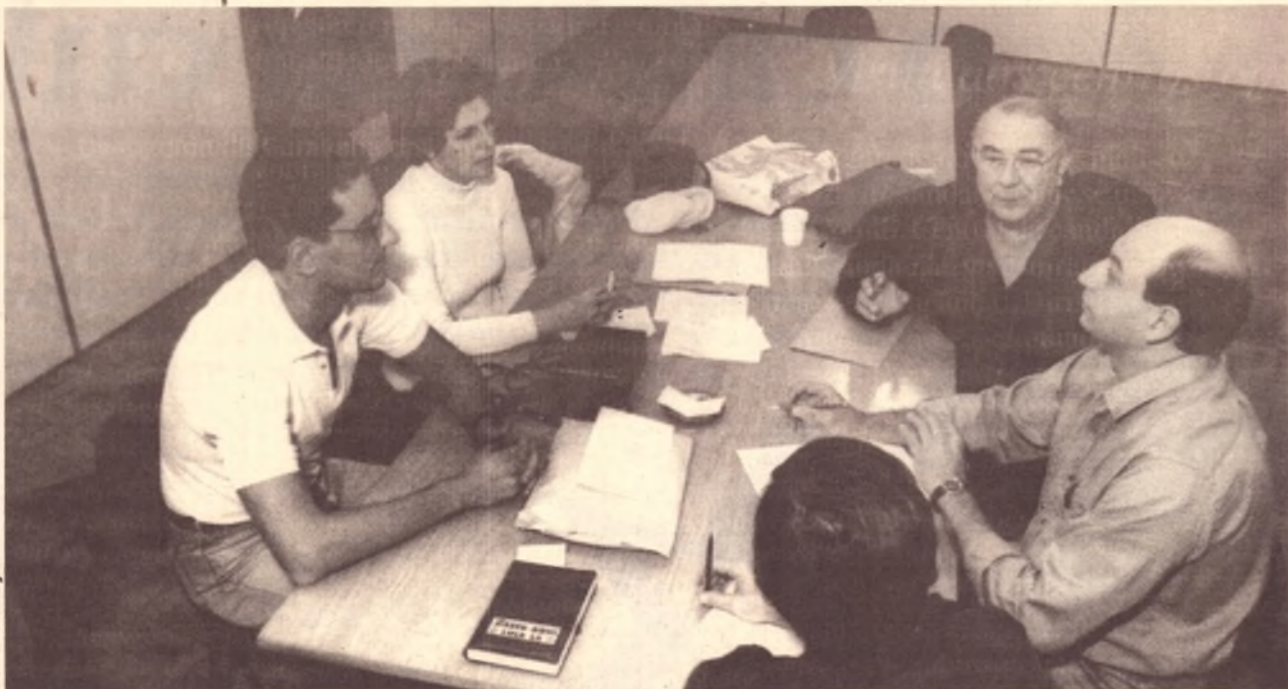
- ◆ o aumento das verbas para a educação de 3,6% para 10% do PIB, tendo como metas principais a universalização do ensino fundamental e a alfabetização de jovens e adultos;

- ◆ as políticas nacionais de fomento à leitura;

- ◆ as políticas nacionais de registro da memória histórica e preservação do patrimônio artístico, arquitetônico, cultural e ambiental.

Estes são apenas alguns temas. Os trabalhadores da cultura, simpatizantes, profissionais, críticos, estão convocados a debatê-los para elaborar a política cultural que queremos implementar sob o governo de Lula e da Frente Brasil Popular.

José Carlos Ruy



Maringoni, Esther, Sergio e Tadeu, membros da Comissão de Cultura, reunidos no comitê Lula Presidente.

OPINIÃO, OPINIÕES

O esforço de elaboração de um programa cultural para o Programa de Governo da Frente Brasil Popular tem o desafio de realizar a unidade plural das várias concepções que povoam a coligação que levará Lula à Presidência da República. Apresentamos aqui uma pequena amostra dos documentos que já chegaram ou das opiniões já manifestadas.

(JCR)

José Carlos Capinam

“Para a construção de uma proposta de ação de um governo democrático na cultura temos de considerar que a consciência de cidadania passa pela premissa do desenvolvimento cultural da sociedade. O conceito de identidade cultural foi muitas vezes matriz de preconceitos contra diferentes manifestações culturais, das diversas etnias e segmentos que compõem uma sociedade democrática. O poder público privilegiou, sistematicamente, a cultura de origem européia, a cultura acadêmica e o conservantismo cultural, em detrimento de manifestações étnicas, populares e contemporâneas.”

Marilena Chauí

“A perspectiva cultural petista se apresenta, antes de mais nada, como cultura política, uma vez que toma posição frente às principais tradições brasileiras de relação entre Estado e cultura:

- tradição autoritária, na qual o Estado é o produtor oficial da cultura;
- tradição liberal, na qual o Estado identifica cultura e belas artes;

- tradição populista, na qual o Estado se apresenta com a função pedagógica de dirigente das massas populares por meio da ‘cultura popular’;

- tradição (recente) neoliberal, que identifica a cultura com o lazer, os eventos e a consagração realizada pela indústria cultural (portanto, pelo mercado de arte).

Posta como direito, a cultura se insere no campo democrático e de institucionalização-preservação da cidadania. A reformulação dos órgãos estatais de cultura não pode ser feita pela simples reorganização de um Ministério da Cultura. A visão fragmentada da cultura, sua identificação apenas com as belas artes, sua escravização aos ditames da moda e do mercado indicam que a existência de um Ministério da Cultura, isolado dos outros, não tem eficácia.”

Augusto Boal

“A pedra fundamental de todo o Projeto deve ser, cremos nós, a criação de estruturas simples, flexíveis e dinâmicas, chamadas Centros de Arte e Cultura, que facilitem o acesso e promovam o desenvolvimento cultural do maior número possível de cidadãos. Esses Centros devem estar localizados em prédios do governo, bem como em escolas, sindicatos, clubes, paróquias etc, e em todos os locais onde se possam reunir cidadãos organizados e contando com o apoio de organizações sindicais, estudantis etc. Não devem ser criados artificialmente, mas sim desenvolvidos onde setores populares já se reúnam, convivam e dialoguem. Os centros deverão dialogar entre si, através de um Centro Nacional de Arte e Cultura — Cenac. Integrarão o Ministério da Cultura, mas com suficiente autonomia (Fundação) para permitir sua ação mobilizadora.”

Alipio Freire

“Considero, para a discussão ser aprofundada, (...) que a Cultura — assim como o Planejamento e a Comunicação — não devem ser ministérios, mas se constituir em unidades de trabalho próximas ao Executivo, no Gabinete. O vínculo estreito com o Executivo de-

verá ser o desencadeador do diálogo permanente com todos os ministérios para propor, articular e encaminhar as mudanças culturais possíveis e necessárias, garantindo assim sua abrangência. Um Ministério das Artes substituiria o Ministério da Cultura. Nos ministérios, por sua vez, devem ser criadas unidades/grupos de trabalho responsáveis, junto ao Executivo, pelos projetos, programas, atividades e ações a serem implementados nas áreas específicas, resultados da nova articulação proposta.”

José Carlos Ruy

“A cultura brasileira está ameaçada pelo lixo cultural trazido pelas multinacionais da cultura. É preciso, mais do que nunca, afirmar nossa cultura; colocar de pé um pensamento autônomo, capaz de investigar a realidade brasileira em toda sua multiplicidade; de exprimir a multilateralidade e a riqueza de nossa vida em obras do pensamento que nos permitam conhecer melhor as contradições de nossa própria vida, obras que dêem expressão artística, científica, técnica, a nossos sonhos (e pesadelos, por que não?). Assim, o programa cultural mínimo de um governo democrático e popular deve contemplar a ampla democratização dos meios materiais de produção artística e cultural para todos os artistas e trabalhadores da cultura, a defesa efetiva do direito autoral e a democratização do acesso de todos os cidadãos brasileiros aos benefícios da cultura.”

**BRASIL
AGORA**

PUBLICAÇÃO QUINZENAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

**LEIA,
ASSINE,
ANUNCIE**

ALAMEDA GLETE, 1049 - FONE 220 7718
CEP 01211-001 - SÃO PAULO - SP

Ester e Mamberti agitam o caldo da cultura

*Sérgio Maberti e Ester Góes têm tido uma atuação marcante nas diversas áreas artísticas em que trabalham. Seja no cinema, no teatro, na TV, como atores, produtores e diretores, um traço comum entre os dois é a extrema paixão com que se entregam aos seus projetos. Em conversa com **Brasil Agora**, eles falam da campanha Lula, dos planos para a área de cultura e da construção de um novo Brasil. Esta, a maior de suas paixões.*



Entrevista por Gilberto Maringoni

Fotos Vera Jursys



Brasil Agora: O que seria a gestão democrática da cultura no Brasil?

Sérgio Mamberti: Acho que toda a nossa geração vem perseguindo, durante todos esses anos, a transformação da sociedade. Comecei a fazer teatro na década de 50 e o Brasil estava se preparando para dar seu salto, e a gente quase não tinha consciência do que era a gestão democrática da cultura. Mas sabíamos que era preciso mudar o Brasil e que a participação da cultura tinha um papel fundamental nesse processo. O conceito da cidadania é recente, mas estava contido nas aspirações das pessoas que tinham uma certa consciência política e estavam participando da transformação. Houve o golpe de 64 e o desmonte, pela ditadura, de todo o projeto cultural brasileiro, enquanto um projeto questionador, que formulava conceitos, imagens e construía a possibilidade de um futuro democrático. Então, na visão da elite política da época, constituía uma ameaça aos interesses do poder estabelecido.

B.A.: Houve uma resistência ao golpe...

S.M.: Não tínhamos uma gestão democrática da cultura antes do golpe. Não sejamos saudosistas, imaginando que era uma lua-de-mel, que antes de 64 já tínhamos conseguido definir um projeto cultural para o país. Mas, de qualquer maneira, tínhamos conseguido estabelecer uma união, uma unidade no movimento, com todos os segmentos da cultura brasileira, que nos permitiu uma movimentação diante das agressões contra a liberdade de expressão. Você via numa passeata desde Paulo Autran, pas-

sando por Tônia Carrero, até pessoas com uma visão muito diferente da realidade brasileira. Mas havia uma união no sentido de não permitir determinados atentados, como a censura, a prisão, o corte e a impossibilidade de fazer greve. Eles tinham até um certo respeito em relação à nossa força, pelo poder que a gente tinha perante a opinião pública. Então, faziam as coisas com uma certa estratégia.

Ester Góes: Ontem, quando vimos o debate do Lula com os sindicalistas, comentei: "O impressionante nesse homem é a capacidade que tem de sonhar". E sonhar justamente no pior momento, em que toda a imprensa, toda a mídia, todos estavam voltados para atingi-lo, torná-lo uma pessoa frágil, por causa de um caminhão de som. Mas ele consegue ultrapassar isso politicamente, indo para porta de fábrica e detonando as coisas na base, no povo mesmo, porque ele aprendeu a fazer essa ação direta, não responde à mídia, ele vai ao povo...

S.M.: Ele desinstitucionaliza...

E.G.: Exatamente, ele consegue... As coisas que ele dizia no discurso eram extremamente visionárias, eram as possibilidades do país, o significado da candidatura dele em termos de povo. E ele tinha toda uma visão disso, ele vê isso e consegue se articular em torno de uma coisa que ele vê, que projeta, que acredita. Nós, enquanto "fazedores de cultura", temos acompanhado um processo que é o inverso disso. O momento em que a gente conseguia sonhar a cultura brasileira, sonhar o país culturalmente, foi se transformando numa coisa muito seca, muito árida, em que cada um descobriu que tinha de defender só o seu pequeno projeto...

S.M.: E a sua sobrevivência, né?

E.G.: É, não estávamos inseridos em coisa nenhuma; pelo contrário, quanto mais as pessoas defendessem o seu quintal, melhor...

S.M.: A verdade é que o caldo de cultura do Brasil não se submeteu a essas estratégias ou imposições. A vida cultural do país floresce, mesmo em meio a todo esse desencanto, com toda essa fragmentação do projeto neoliberal. A Bahia, por exemplo, é um vulcão cultural. São etnias convivendo e criando uma nova linguagem, na qual a gente vê o Brasil surgir. Mesmo em São Paulo ou no Rio de Janeiro existem os códigos de comunicação dos pichadores. Ou seja, o processo cultural brasileiro continua se manifestando. De uma forma desorganizada, meio caótica, mas muito viva. Quer dizer, a sociedade brasileira está viva. Eu coloco a fundação do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, como um fato cultural absolutamente importante, talvez tão importante como a Semana de Arte Moderna de 22. A gente fala dos trabalhadores e parece que estamos restringindo. Não. Falamos das pessoas que trabalham pelo país, é o partido dos brasileiros. Daí, eu acho que a gestão democrática da cultura está definida no conceito de cidadania, de pluralidade, da criação plena do cidadão e sua manifestação cultural. Eu diria que foi a partir da campanha de 89 que comecei a sentir de novo muita força no sentido do pertencimento.

B.A.: Pertencimento?

S.M.: Pertencimento de pertencer, no sentido do nacional. Pertencer ao Brasil.

E.G.: Participar de 89, para mim, foi uma grande surpresa. Quando as pessoas conseguem pôr pra fora aquilo que realmente desejam aparece uma vibração, um entusiasmo, uma euforia coletiva, uma possibilidade de vida que estava completamente emparedada e que se junta... Então, em 89, tivemos um fenômeno que parecia uma erupção vulcânica no país. O fervilhar, o brilho daquela campanha.

B.A.: Como teve nas Diretas?

S.M.: Aí não era mais PT, não era mais Frente... Era o Brasil, eram os brasileiros...

E.G.: Então, eu tive essa surpresa fantástica: a energia, o brilho das pessoas, as idéias rápidas, a agilidade em executá-las, a possibilidade de se informar rapidamente, de agir rapidamente, de ser cidadão. Durante aquele período curto do segundo turno, a gente sentiu cidadania, cada um incorporava sua verdade e a de todos e ia embora...

S.M.: Havia pertencimento...

B.A.: Como fica a gestão democrática da cultura na relação com o poder?

E.G.: Em todos os governos autoritários da História a cultura é de imediato transformada num instrumento de poder de uma parte só. A gente observa que as secretarias, os lugares onde a política e os projetos culturais deveriam ser implementados são transformados em guichês, e de imediato são ocupados, formando-se assessoria do próprio governo estabelecido, e ali passa a acontecer um processo de troca de prestígio, de dinheiro, de poder. Não se trata mais de projetos

coletivos, mas de certas pessoas que interessam, ou de segmentos ou grupos que interessam...

S.M.: A barbárie. Na prática é a barbárie... É um mercado, é um bazar.

B.A.: Aos amigos tudo, aos inimigos o mercado...

S.M.: Antes, tínhamos uma linguagem, vamos dizer, para a nossa produção cultural: cinema, teatro, artes plásticas, e todo um projeto educacional. A escola era viva. O que aconteceu? A ditadura foi destruindo paulatinamente tudo isso e substituindo pelo MEC-USAID. Fez a reforma do ensino, compartimentando tudo. O MEC-USAID estabeleceu o ensino da "cruzinha", e tiraram todo o ensino de arte das escolas, que tinha sido uma conquista através de produtos culturais.

E.G.: Promoveu-se, na verdade, uma grande privatização na áreas da educação.

B.A.: Vocês acham que deve haver uma interrelação entre as áreas de educação, cultura e outras?

S.M.: Acho fundamental. Essa interrelação deve estar contida no nosso documento, que não é uma proposta tirada do nada. Vai ser discutida em nível estadual e nacional para a criação de uma gestão democrática. Mas na minha opinião, por exemplo, esse bloco de telecomunicação, educação, tecnologia, ciência e cultura são ministérios diferentes, são áreas muito claras e que têm a sua ação muito nítida, que juntas formam um bloco muito importante, no sentido de definir a democratização.

E.G.: Se a escola pública é uma coisa que realmente tem valor, funcionamento efetivo, favorece o acesso aos bens culturais. E se você tem os meios de comunicação realmente dando acesso de expressão ao país inteiro, as coisas ficam totalmente interligadas.

B.A.: Como isso se relaciona com a cultura? Significa conseguir colocar as peças nas escolas, os filmes na televisão? Como funcionaria essa relação?

S.M.: Nos EUA, por exemplo, há uma legislação bastante democrática em termos de telecomunicações. Sindicatos têm o seu canal de televisão, às vezes até grupos de bairro têm o seu canal de televisão.

E.G.: Uma coisa muito importante também é o papel de uma TV educativa, que realmente possa fazer programas de educação para chegar a onde não é possível ter uma rede escolar. Pode-se ter uma

TV educativa que realmente cumpra a função de escolaridade, de alfabetizar, devido às dificuldades do próprio país, da geografia...

S.M.: E televisão também é espetáculo, pelo próprio sucesso das novelas, das minisséries, não só aqui mas fora do Brasil, o que representa uma conquista, só que por meio dessas redes absolutamente ditatoriais. Assim, um dos pilares da proposta deve ser a democratização das telecomunicações, para permitir uma produção regional e a circulação dos bens culturais em todos os sentidos, inclusive porque este país é um fantástico mercado cultural em potencial.

E.G.: Fantástico em termos de riqueza. Consideramos que quando não se promove a expressão e a produção independente, quando não se democratiza, perde-se riquezas.

B.A.: O governo do Lula vai

do —, evidentemente a obrigação dele é oferecer esse bem para viabilizar os projetos, selecionando aqueles que correspondem melhor ao uso desse dinheiro.

S.M.: É preciso também estabelecer parcerias sem aviltar o produto, de uma forma extremamente moderna. A Indústria cultural foi massificante, significou muitas vezes o aniquilamento da criação, da diversidade. Não estamos defendendo a indústria cultural, mas também não estamos estabelecendo limites. Propomos a criação de novas relações que não sejam especificamente aquelas da indústria, impositivas.

B.A.: Com isso, vocês não temem ser acusados de promover o inchaço do Estado na área da cultura?

S.M.: Não, pelo amor de Deus. A questão de recursos para a



financiar cinema, teatro, edição de livros? Vai existir um estímulo?

E.G.: Existe um compromisso firmado pelo próprio Lula de que haverá um investimento cultural, que muitas vezes significa dinheiro, mas também forma de governar pura e simplesmente. Haverá, sim, um investimento na produção cultural, na distribuição cultural e no acesso à cultura. E isso não precisa ser feito através de projeto cultural financiado pelo governo. Não é um programa em si, se ele é colocado de forma transparente para que projetos possam ser realizados.

S.M.: Na verdade, a proposta é de viabilização dos projetos. Não de colocá-los sob a tutela do Estado. O Estado não é produtor, o Estado vai criar condições para que toda essa diversidade cultural se manifeste.

E.G.: Agora, isso tem que ser feito sob determinadas formas, em que não se tenha corrupção, e sim transparência e legitimidade. Se o Estado tem dinheiro para as produções culturais e isso ele considera um dever — como eu acho que deve ser num país do Terceiro Mun-

vilização da cultura não passa exatamente por aí. Eu acho que deve haver verba, e que seja até substancial. Mas, na verdade, ela tem que ser colocada a serviço desses instrumentos para que a estrutura se viabilize. É claro que existe uma questão de memória, de patrimônio, e tudo isso exige uma reflexão.

E.G.: Toda essa discussão é muito importante, tanto no âmbito da campanha quanto no dos encontros estaduais e nacional. Trata-se já da criação de um programa, da sistematização da campanha, de exercer o cidadão, de ter uma gestão cultural democrática, antes mesmo de se aproximar do poder através dessa gestão. Então, a proposta é criar instâncias estaduais e uma instância nacional — o Encontro Nacional de Cultura —, para a elaboração de um processo legítimo de consulta, de indagação, de discussão política. A sistematização que estamos fazendo é também uma forma de atingir o espectador, com a possibilidade da democratização dos meios de comunicação, enfim, a democratização do acesso aos bens culturais. São formas de exercício da cidadania.

B.A.: Quem participa desses encontros?

S.M.: A elaboração foi feita a partir de pessoas que tinham um diagnóstico e uma proposta, e de pessoas que não são necessariamente ligadas aos partidos, mas que são simpatizantes de uma certa maneira e que estão vinculadas a esse diagnóstico. Essa discussão está voltada para a sociedade.

B.A.: Existem algumas arestas do setor artístico com os partidos, porque se afirmou que os partidos usam muito o prestígio dos artistas...

S.M.: A cultura sempre foi instrumentalizada por todas as elites políticas. Então, o pessoal dos partidos tradicionais paga pessoas para serem, vamos dizer, seus porta-vozes. Muitas vezes pessoas que nem têm identidade. Nestes últimos anos, os artistas começaram a criar consciência de que não pode ser assim. E que a cultura tem que ter uma representatividade diferente. Na verdade, nesse processo todo, estamos fazendo uma rearticulação ou a construção de uma estrutura que possibilite uma articulação mais orgânica de todos os setores, de todos os segmentos da produção cultural. A proposta dos artistas de participar da Frente Brasil Popular está condicionada a essa articulação e a uma discussão sobre o nosso papel dentro do Partido e da sociedade. E isso foi muito bem acolhido pelo partido. Isso é importante, os espaços têm que ser realmente definidos.

E.G.: Estou entrando nessa campanha não só porque tenho vínculos com o PT e com a Frente Brasil Popular. Estou entrando para colaborar com esse projeto, porque estou apostando numa transformação da sociedade brasileira. Real e muito mais visível, viável e possível agora do que em todos os anos da minha vida. Então, como vejo essa possibilidade com tal proximidade, tal vitalidade, estou mobilizada a colaborar como cidadã. O Lula no poder hoje significa uma imensa responsabilidade social, na qual todos estamos envolvidos.

S.M.: O Lula é um homem extremamente emblemático. E a nossa participação é evidenciar a importância estratégica da cultura nesse processo e a responsabilidade que temos, nós artistas e todos os cidadãos, nesse momento em que começamos a vislumbrar um novo país. E nesse sentido, o Lula é profundamente emblemático, porque, quando no final dos anos 70 falei que não havia movimento de cultura, o grito do Lula na Vila Euclides me despertou. Me botou no mundo outra vez! □

Tábua de salvação de FHC é canoa furada

O Plano FHC aprofunda o apartheid social, concilia com o capital e impõe mais perdas salariais aos trabalhadores

Talvez este seja um dos momentos mais críticos da história da concentração de renda no país. A ganância das elites, traduzida na transferência de renda do trabalho para o capital, através dos altos índices inflacionários, levou a uma situação em que agravaram-se as desigualdades sociais, a situação de desemprego, de fome e miséria da população.

Plano após plano, o Brasil mergulhou em uma aventura que já dura oito anos, passando pelo congelamento de preços e salários no Plano Cruzado (março de 1986), Cruzado II (novembro de 1986), Bresser (junho de 1987), Plano Verão (janeiro 1989) e pelo confisco da poupança e a enorme perda salarial imposta com o Plano Collor II.

Estamos diante de mais um plano, que como os outros, promete resolver de forma definitiva a crise econômica do país. Mas, como principal suporte de campanha, já começa a fazer água, refletindo diretamente nos índices de intenção de voto do candidato Fernando Henrique Cardoso e nas declarações destemperadas da direita e do governo, que imputam aos movimentos grevistas de recuperação das perdas salariais um cunho eleitoral.

Salários na média

É importante verificar que desde o primeiro plano de estabilização os salários dos trabalhadores vêm sendo calculados pela média, consolidado perdas que só são repostas com a mobilização sindical.

No Plano Cruzado, as perdas causadas pela inflação e pela política salarial do período anterior cristalizaram os salários na média do poder aquisitivo do semestre imediatamente anterior. Os mesmos setores que hoje pressionam a elevação dos preços causaram, na época, desabastecimento e cobraram ágio generalizado, para ampliar sua participação na renda nacional. Associada a isso, a condução do plano, com objetivos estritamente eleitorais, e a edição do Plano Cruzado II, trataram de sepultar definitivamente a tentativa de estabilizar a economia. O salário médio transformou-se em salário de pico.

Com o Plano Bresser, os rendimentos dos trabalhadores sofreram mais um golpe: congelamento por dois meses, extinção do gatilho salarial sem a incorporação da inflação de junho de 1987 (26,05%) e a adoção um novo indexador, a URP.

Plano Verão. Os salários foram convertidos pela média do ano anterior (1988), sendo que a inflação de janeiro de 1989 (70,28%) — por um artifício técnico — sumiu dos reajustes salariais. Novamente a média se transformou em pico e mais uma vez os trabalhadores foram recuperar suas perdas, tendo como instrumentos a greve e as negociações salariais. Nos primeiros meses de 1989, foram registradas as maiores quantidades de greves já realizadas no Brasil. Em janeiro, 88 greves;

em fevereiro, 130 greves e em março, computando a greve geral dos dias 14 e 15, o movimento sindical desencadeou 418 greves, reivindicando a recuperação das perdas salariais.

A inflação disparou e Collor assume o poder impondo uma das maiores perdas salariais da história do país, juntamente com o confisco da poupança dos trabalhadores.

O Plano Collor suspendeu o reajuste pela inflação do mês de março de 1990 (84,32%) e prefixou, por decreto, a inflação de abril em zero. Os salários foram, nesse período, convertidos duas vezes pela média do poder aquisitivo de 12 meses anteriores. Mais uma vez a média virou pico e a inflação voltou a crescer.

Plano FHC e populismo

Chegamos finalmente ao plano FHC. Nenhuma novidade. Segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), as perdas salariais causadas pelo Plano FHC variam de 26,91% a 47,50% de acordo com a categoria profissional e a data-base, tomando como referência o maior salário recebido no período 1993-94.

Pesquisa da mesma instituição, realizada com a Fundação Seade, mostra que a parcela dos trabalhadores de renda mais baixa (25% mais pobres) receberam em março um dos menores salários reais dos últimos dez anos, que corresponde a apenas 54% do salário médio recebido em 1985.

Os empresários voltam a provocar o aumento de preços, fazendo remar-



Manifestação grevista em São Paulo, no dia 20 de maio de 1994

cações preventivas. As declarações do presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, mostram que a elite não está disposta a entrar na era real colocando em jogo suas margens de lucro. Outra pesquisa do Dieese comprova isso. O preço de uma cesta básica, contendo 31 produtos essenciais, custava em dezembro do ano passado 80,79 URVs. Em abril, para o trabalhador conseguir comprar os mesmos produtos, teve que gastar 97,33 URVs, o que representa uma inflação em URV de cerca de 10%.

Certamente com a introdução do real a inflação estará represada por alguns meses (pelo menos até as eleições). Mas, a coligação PSDB/PFL já

começa a perceber que seu principal mote de campanha — o plano — não convence a população e busca artimanhas populistas, resvalando para o estelionato eleitoral. Fernando Henrique, além de se autoqualificar como mulatinho, na tentativa de retirar sua campanha dos gabinetes de Brasília e popularizá-la — o que embute um tom de preconceito racista —, investe agora na propaganda enganosa, comendo carne de bode e andando de jegue, como se este fosse o cotidiano de sua vida.

Emilio Alonso

Agenda da campanha Lula (de 6 a 14/6/94)

DATA	CIDADE	TEMA
6/6	Vitória (ES)	Início da caravana capixaba
7/6	Linhares (ES) São Mateus (ES) Colatina (ES)	Meio ambiente; Empresa de Celulose Aracruz Latifúndio e violência no campo Lavoura do café
8/6	Vitória (ES) Cachoeiro do Itapemirim (ES) Vitória (ES)	Cinturão verde da cidade (encontro com empresários) Bacia leiteira, com empresários, Indústria do mármore, com trabalhadores Ato de encerramento da caravana
9/6	São Paulo (SP)	Lançamento do Programa contra o Desemprego, em entrevista coletiva via Embratel
10/6	Porto Alegre (RS)	Lançamento da candidatura de Olívio Dutra
11/6	Reg. Metropolitana de P.Alegre	Mini-caravana, assembléia sobre Orçamento participativo, abraço do Pronto Socorro da capital
12/6	São Paulo (SP)	Primeiro grande comício da campanha, no Anhangabaú
13/6	São Paulo (SP)	Entrevistas à imprensa
14/6	Interior de São Paulo	Início da caravana no estado